

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.999 - BA (2019/0167392-9)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : NEDSON DA SILVA ALMEIDA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por NEDSON DA SILVA ALMEIDA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (HC n. 8005302-92.2019.8.05.0000).

Segundo consta dos autos, o recorrente teve sua prisão preventiva decretada e foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal, porque, com auxílio e comunhão de desígnios com os demais denunciados, agindo com *animus necandi* e à traição, aplicou diversos golpes de faca em desfavor de WILTON RIOS DE SIQUEIRA, levando-o à morte (e-STJ fl. 11).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual alegando, em síntese, que há excesso de prazo para formação da culpa, pois o paciente encontra-se preso desde 20/4/2017.

O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos do acórdão. (e-STJ fls. 39/59)

Na presente oportunidade, a defesa reitera que há excesso de prazo para formação da culpa, pois o paciente encontra-se preso há mais de 2 anos, sem que a instrução tenha se iniciado. Sublinha que a decisão recorrida não foi devidamente fundamentada.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial visando a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque, cumpre asseverar que o constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, o que não se verifica, de plano, na espécie. Inclusive, após verificação de informações prestadas pelo Juízo de primeiro grau, não é verificada atuação desidiosa do Ministério Público ou do mencionado Magistrado.

Ademais, o réu já foi inclusive pronunciado e, nos termos da súmula 21 desta Corte, a alegação, portanto, encontra-se superada.

Ainda nesse sentido, ao que parece, o presente *writ* encontra-se prejudicado, pois, segundo informações prestadas pelo Juízo de primeiro grau ao Tribunal *a quo*, o julgamento pelo Tribunal do Júri foi marcado para 7/5/2019, data pretérita, sendo necessária a vinda de mais informações.

Assim, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, para se aferir a sustentada ilegalidade. Vale ressaltar, ademais, que o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Ante o exposto, sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso às informações processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

